

**Abril/2020**

**Medida Provisória nº 936/2020**

Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda  
*Comunicado destinado a todas as empresas que possuam funcionários*

A Medida Provisória nº 936/2020, institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, (**covid-19**).

**Inicialmente cabe esclarecer que a referida medida terá validade a partir da folha de pagamento de competência abril. Confira os principais destaques:**

- ✓ **EMPREGADOR:** Poderá acordar a redução proporcional da jornada de trabalho e do salário de seus empregados ou suspender o contrato de trabalho. Estes empregados terão direito ao Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda.
  
- ✓ **CONDIÇÕES MÍNIMAS PARA A REDUÇÃO, VIA ACORDO INDIVIDUAL (EMPRESA X COLABORADOR):**
  - Preservação do valor do salário-hora de trabalho;
  - Prazo máximo de **90 dias**, durante o estado de calamidade pública;
  - Pactuação por acordo individual, **por escrito** entre empregador e empregado;
  - Os benefícios como VR, VT, Assistência Médica entre outros, permanecem no mesmo valor;
  - Envio da Proposta ao empregado com antecedência mínima de dois dias corridos;
  - Garantia no emprego durante o período de redução;
  - Garantia no emprego, após o restabelecimento da jornada, por período equivalente ao da redução. (Exemplo: redução durante 2 meses, garante uma estabilidade de 2 meses pós retorno)
  - Os percentuais de redução devem seguir os seguintes critérios:
    - **Redução 25%** - Pode se aplicar a todos os colaboradores, independente de salário;
    - **Redução 50% ou 70%** - Somente se aplica para colaboradores que recebam até três salários mínimos (R\$ 3.135,00) ou que recebam salário superior a duas vezes o teto do INSS (R\$ 12.202,12) e que possuam curso superior;

**OBS.01 – Os colaboradores que tiverem a redução salarial e de jornada correspondente, receberão do Governo o Benefício Emergencial, no mesmo percentual de redução, tendo como base de cálculo, o valor do seguro-desemprego a que o empregado teria direito.**

**OBS.02 – A Segeti Consultoria providenciará um modelo de acordo individual, esclarecendo desde já que se trata de um modelo genérico e o mesmo deverá ser submetido à revisão do jurídico trabalhista de vossa empresa.**

**OBS.03 – Alerta-se também que, por tratar-se de uma nova legislação, sem parâmetros anteriores, existe risco futuro de interpretação jurídica diversa, cabendo à administração de cada empresa a gestão dos referidos riscos e consequências.**

✓ **CONDIÇÕES PARA A SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO:**

- Prazo máximo de **60 dias**, sendo permitido dois períodos de 30 dias;
- Pactuação por acordo individual, **por escrito** entre empregador e empregado;
- Com exceção do VT, os benefícios devem ser mantidos, tais como VR, Assistência Médica, entre outros;
- Envio da Proposta ao empregado com antecedência mínima de dois dias corridos;
- Garantia no emprego durante o período de suspensão do contrato de trabalho;
- Garantia no emprego, após o retorno ao trabalho, por período equivalente ao da suspensão. (Exemplo: suspensão durante 2 meses, garante uma estabilidade de 2 meses pós retorno)
- As suspensões via acordo individual, somente serão permitidas para colaboradores que recebam até três salários mínimos (R\$ 3.135,00) ou que recebam salário superior a duas vezes o teto do INSS (R\$ 12.202,12) e que possuam curso superior;

**OBS.04 – Os colaboradores que tiverem o contrato suspenso, terão direito a um Benefício Emergencial, tendo como base de cálculo, o valor do seguro-desemprego a que o empregado teria direito, como segue:**

- Empresas c/ faturamento até R\$ 4,8 milhões – 100% do valor do benefício será pago pelo governo, sem necessidade de remuneração pela empresa;
- Empresas com faturamento superior a R\$ 4,8 milhões – 70% do valor do benefício será pago pelo governo, sendo necessário que a empresa arque com 30% de remuneração ao colaborador.

✓ **ACORDOS COLETIVOS:** A referida MP estabelece condições diferenciadas e específicas para celebração de acordos e convenções coletivas de trabalho, estando a nossa consultoria à disposição para auxiliar cada empresa em seus respectivos interesses.

✓ **RESTABELECIMENTO DA JORNADA DE TRABALHO:** Serão restabelecidas no prazo de dois dias corridos, a jornada de trabalho reduzida ou suspensa anteriormente, quando houver:

- Cessação do estado de calamidade pública pelo governo;
- O encerramento do período pactuado no acordo individual;
- A antecipação pelo empregador do fim do período de redução ou suspensão pactuado.

**OBS.05 – Os acordos individuais celebrados deverão ser comunicados ao Sindicato e ao Ministério da Economia, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contatos da data de sua celebração, sob pena da empresa ser responsável pela remuneração integral do empregado, que não terá direito a fruir do Benefício Emergencial;**

**OBS.06 – O Ministério da Economia ainda disciplinar  a forma de transmissão das informações e a forma de concessão e pagamento do Benefício Emergencial;**

D vidas estamos   disposição,

Consultoria Trabalhista.

